



Introdução

O trabalho ora apresentado, em forma de relatório técnico, tem por objetivo analisar a prestação de contas do governo do Estado, relativa ao exercício de 2016, sob os aspectos contábil, orçamentário, financeiro e operacional, como determina a Constituição Federal no seu artigo 70, combinado com o artigo 71, inciso I.

A referida prestação de contas é examinada a partir dos demonstrativos contábeis apresentados no Balanço Geral do Estado (anexos da Lei 4.320/64, demonstrativos da lei orçamentária e suas alterações, relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal) com os dados definitivos do exercício e informações complementares.

O relatório técnico está estruturado em capítulos, onde se busca abordar aspectos das gestões fiscal, orçamentária, financeira, patrimonial e administrativa, incluindo também análises nas áreas de educação, saúde, segurança pública, previdência, bem como as relações do Estado com organizações do terceiro setor e parcerias público-privadas, a fim de permitir uma visão mais ampla da gestão estadual.

O primeiro capítulo, Conjuntura Socioeconômica, contextualiza o presente trabalho nos cenários estadual e nacional, sendo ali apresentados indicadores econômicos e sociais do estado de Pernambuco, em comparação, quando aplicável, aos dos demais Estados da federação e com os do Brasil.

No capítulo Gestão Administrativa será apresentada inicialmente a composição da estrutura administrativa do Poder Executivo do estado de Pernambuco no exercício de 2016. Em seguida, será procedida a análise do quadro de pessoal permanente e temporário do Poder Executivo com o objetivo de quantificar e comparar as principais modificações ocorridas no exercício de 2016 em comparação ao exercício anterior. Ao final, serão enfocados os cargos efetivos e comissionados.

No capítulo relativo à Gestão Orçamentária são analisados os instrumentos de planejamento e orçamentação e a compatibilidade entre eles, bem como as alterações sofridas pelo Orçamento Fiscal e de Investimentos. Quanto à execução dos orçamentos, é analisado o balanço orçamentário, o comportamento das principais receitas que integram a arrecadação estadual, bem como as despesas mais relevantes e suas fontes de financiamento, segundo suas classificações, funcional e econômica. Excetuando-se as vinculações de recursos de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino e às ações de saúde, que são analisadas em capítulos específicos, o capítulo apresenta a verificação das demais vinculações de recursos de ordem legal e constitucional (recursos destinados ao combate à seca, ciência e tecnologia, bem como as aplicações dos recursos da CIDE combustíveis e do FECEP). Por fim, são tratadas as despesas voltadas à Publicidade em todas as suas finalidades e, em seguida, as transferências compulsórias e voluntárias realizadas pelo Governo estadual aos seus municípios.

O capítulo da Gestão Financeira e Patrimonial, por sua vez, apresenta os Balanços Financeiro, Orçamentário e Demonstração das Variações Patrimoniais, analisando o comportamento do fluxo financeiro e a apuração do déficit/superávit



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

financeiro do exercício, bem como do resultado patrimonial. Também é efetuada análise da representatividade dos saldos dos principais grupos de contas patrimoniais que integram o Balanço Patrimonial. Destes grupos, em especial, é objeto de análise o comportamento da dívida ativa do Estado e, dentre as obrigações, a dívida consolidada do Estado, na qual é observado se o Estado cumpriu os limites de endividamento e de pagamento definidos pelo Senado, como também os principais fatores que influenciam o estoque da dívida, sua natureza e os principais credores. Também merece destaque a análise dos Restos a Pagar inscritos ao final de 2016 conjugados com as Despesas de Exercícios Anteriores processadas no início do exercício subsequente (2017), em teste de eventos subsequentes.

Já o capítulo de Gestão Fiscal trata de verificar o cumprimento, pelo Estado, dos requisitos constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal por meio da análise dos seus Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e dos seus Relatórios de Gestão Fiscal (RGF). Destaca-se a análise do saldo das disponibilidades financeiras existentes ao final do exercício de 2016 em confronto com as obrigações de curto prazo, o percentual de comprometimento da RCL com as despesas com pessoal, bem como o cumprimento ou não, pelo Estado, dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para operações de crédito, dívida consolidada e concessão de garantias e contragarantias. Adicionalmente, foi efetuada análise das parcerias público-privas em vigor no exercício e, por fim, é verificado o cumprimento de metas fiscais exigidas do Estado em razão do Programa de Readequação e Ajuste Fiscal celebrado ante a União em 1997 e mantido em vigor ao longo do exercício sob análise.

No que tange aos capítulos de Educação e Saúde, é verificado o cumprimento dos limites mínimos de aplicação da receita de impostos estabelecidos pela Constituição Federal, sendo agregadas informações complementares de forma a permitir uma visão mais ampla da gestão pública estadual nessas importantes áreas sociais.

No capítulo Segurança Pública são trazidas informações acerca dos gastos efetuados nesta área, bem como apresentados indicadores acerca da criminalidade no estado de Pernambuco.

O capítulo Previdência dos Servidores Públicos Estaduais trata da análise financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Pernambuco. Dentre outros aspectos, destaca o Resultado Previdenciário do Exercício, a evolução da Despesa Previdenciária Líquida em relação à RCL-2007/2016, as Projeções Atuariais das Receitas e Despesas Previdenciárias - 2017/2092 e o déficit atuarial trazido no Balanço atuarial mais recente do Estado.

Por sua vez, o capítulo do Terceiro Setor enfoca precipuamente das Organizações Sociais (OSs) e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), abordando a qualificação e renovação da titulação dessas organizações, os repasses financeiros efetuados pelos órgãos e entidades estaduais para OSs e OSCIPs, inclusive a contabilização desses repasses.

No capítulo seguinte (Monitoramento das Recomendações), são apresentadas as recomendações emanadas dos Pareceres Prévios, referentes às



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

prestações de contas dos exercícios de 2012, 2013 e 2014 encaminhadas ao Governo do estado de Pernambuco e as respectivas ações/justificativas apresentadas pelo Governo do Estado quando da Prestação de Contas do Governador – exercício 2016.

Por fim, é apresentado um ‘Quadro Resumo do Cumprimento de Limites’ legais e constitucionais que foram destacados ao longo do relatório, bem como um capítulo que agrega os principais achados abordados no relatório e sugestões de recomendações como proposta de encaminhamento.